

SGA VEÍCULOS E PEÇAS S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025**

Link de acesso: [https://www.grupolider.com.br/
informacoes-financeiras](https://www.grupolider.com.br/informacoes-financeiras)

SGA VEÍCULOS E PEÇAS S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

É com grande satisfação e confiança que anunciamos os resultados alcançados pela SGA VEÍCULOS E PEÇAS S/A., em 2025, ano em que, de maneira consistente, seguimos determinados na execução do planejamento estratégico definido pelo Conselho de Administração.

No ano, de forma determinada, trabalhamos no processo de consolidação no setor de concessionárias de veículos leves, extremamente fragmentado no país, e que tem permitido ganhos de escala, capilaridade e construção de diferenciais competitivos em linha com os nossos objetivos de oferecer aos nossos clientes uma experiência diferenciada em produtos e serviços.

Aceleramos nosso plano de desenvolvimento com avanços expressivos em eficiência operacional, com disciplina no controle de custos e otimização dos processos. Iniciamos a captura de sinergias provenientes das aquisições potencializando os ganhos de escala e ampliação da capilaridade. Como resultado, registramos evolução das vendas nas mesmas lojas e identificamos oportunidades de antecipar as demandas dos clientes.

As unidades crescem organicamente principalmente devido ao forte volume de vendas de carros novos e seminovos, ao aumento no volume de financiamentos e seguros intermediados e ao aumento no número de serviços realizados no pós-venda.

Para 2026, fortalecidos pelos avanços contínuos e vantagens de amplitude de escala, mix de marcas e capilaridade em regiões estratégicas, continuaremos focados na consolidação do mercado de concessionárias no país. Vale destacar o processo de captura de sinergias com oportunidades verificadas em diversos processos e estruturas de custos e despesas.

Seguiremos trabalhando com responsabilidade para o crescimento da Companhia, com muita disciplina nos custos e na estrutura de capital, comprometidos com o desenvolvimento de soluções para o encantamento e a fidelização dos nossos Clientes como forma de gerar valor à Companhia, acionistas, colaboradores, fornecedores e toda a sociedade.

Agradecemos ao trabalho realizado por nossa Gente e pela aliança com nossos fornecedores, instituições financeiras, acionistas e, especialmente, pela confiança e preferência dos nossos Clientes e reforçamos nosso comprometimento com a construção de um ciclo de desenvolvimento ainda maior, sustentável e com rentabilidade.

RESULTADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

DRE	31/12/2025	31/12/2024	Var%
Receita bruta total	873.554.092,00	960.536.934,00	(9,06)
Receita líquida total	820.048.340,00	902.266.690,00	(9,11)
Receita líquida de vendas de veículos e serviços	810.606.710,00	887.571.779,00	(8,67)
Receita líquida de venda de ativos	9.441.630,00	14.694.911,00	(35,75)
Custo total	(714.583.143,00)	(796.105.268,00)	(10,24)
Custo de vendas de veículos e serviços	(707.543.423,00)	(785.138.534,00)	(9,88)
Custo de venda de ativos	(7.039.720,00)	(10.966.734,00)	(35,81)
Lucro bruto	105.465.197,00	106.161.422,00	(0,66)
Despesas operacionais totais	(80.101.961,00)	(79.169.861,00)	1,18
EBIT	25.363.236,00	26.991.561,00	(6,03)
Resultado financeiro, líquido	(15.494.291,00)	(17.857.107,00)	(13,23)
Imposto de renda e contribuição social	(3.406.357,00)	(2.931.033,00)	16,22
Lucro líquido	6.462.588,00	6.203.421,00	4,18

Receita Líquida

Em 2025, a receita líquida contábil consolidada apresentou redução de 9,11% quando comparada ao ano de 2024, refletindo a diminuição da margem de lucro em razão do aumento dos custos dos veículos e da redução no volume de vendas.

Custos Operacionais

A diminuição do custo total em 10,24% é reflexo, principalmente, da diminuição na venda de veículos novos e seminovos, serviços.

Despesas Operacionais

Em relação as despesas operacionais, diminuição de 1,18%, devido a verificação de diversos processos e estruturas de custos e despesas.

Lucro Líquido

Em 2025, o lucro líquido atingiu o valor total de R\$ 6,46 milhões, aumento de 4,18% (R\$ 6,2 milhões em 2024).

GERENCIAMENTO DE RISCOS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia adota a gestão de riscos, com o objetivo de identificar, controlar e mitigar os riscos aos quais está exposta no desenvolvimento de suas atividades. O objetivo é estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão dos riscos corporativos, de forma a possibilitar a adequada identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos para os quais se busca proteção e que possam afetar o plano estratégico da Companhia, a fim de conduzir o apetite à tomada de risco no processo decisório, na busca do cumprimento dos seus objetivos, e da criação, preservação e crescimento de valor.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM n 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Ltda, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, e com as opiniões expressas no relatório de auditoria da BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Ltda., emitido em 02 de março de 2026, sobre as referidas demonstrações financeiras.

AGRADECIMENTOS

Por fim, agradecemos pelo trabalho realizado por nossa gente e pela confiança de nossos fornecedores, das instituições financeiras, investidores e, especialmente, da aliança com nossos clientes.

Macaé, 02 de março de 2026.

Declaramos, sob as penas da lei, que as informações contidas neste documento são verdadeiras e que nos responsabilizamos por elas.

Assinam digitalmente este documento:

Ronald Tavares Costa Silva / Diretor / CPF/MF sob o nº: 066.444.386-95

Fabiano Cardoso de Faria / Diretor / CPF/MF sob o nº: 028.388.657-90

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e acionistas
SGA Veículos e Peças S.A.
Macaé - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **SGA Veículos e Peças S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SGA Veículos e Peças S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 02 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Gilberto Galinkin'.

Gilberto Galinkin
Contador CRC 1 MG 035718/O-8 - S - RJ

SGA VEÍCULOS E PEÇAS S.A.

CNPJ: 36.152.916/0001-04

NIRE: 33300304207

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024		Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.418.244	4.489.378	Fornecedores de veículos e peças	12	41.839.556	15.293.300
Clientes	5	25.999.478	26.953.082	Fornecedores de consumo	12	8.464.738	6.299.144
Créditos fábrica e terceiros	6	2.941.204	2.483.510	Empréstimos e financiamentos	13	33.627.989	30.892.468
Estoques	7	70.354.645	29.780.682	Arrendamentos a pagar	14.b	3.437.605	3.133.052
Impostos a recuperar		547.047	251.531	Obrigações trabalhistas	15	4.881.801	4.773.248
Despesas antecipadas		249.776	180.056	Tributos a recolher	16	1.399.819	1.457.156
		<u>103.510.394</u>	<u>64.138.239</u>	Adiantamentos de clientes		12.273.298	10.661.548
				Outras obrigações	17	413.035	364.372
Não circulante						<u>106.337.841</u>	<u>72.874.288</u>
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Depósitos judiciais	8	871.893	755.958	Empréstimos e financiamentos	13	8.822.317	14.008.072
Outros valores	9	99.394	53.589	Arrendamentos a pagar	14.b	10.969.438	11.687.936
		<u>971.287</u>	<u>809.547</u>	Dividendos a pagar	18	6.750.000	-
Imobilizado				Outras obrigações	19	-	9.915
Ativo de direito de uso	10	27.594.232	26.352.842			<u>26.541.755</u>	<u>25.705.923</u>
Intangível	11	13.413.791	14.227.104	Patrimônio líquido			
		<u>18.741.668</u>	<u>28.441.667</u>	Capital social	20.a	10.000.000	10.000.000
		<u>60.720.978</u>	<u>69.831.160</u>	Reservas de capital		2.484	2.484
				Reserva estatutária	20.c	17.225.344	18.282.094
				Reserva legal	20.d	1.734.489	1.411.360
				Lucros à disposição da assembleia	20.e	2.389.459	5.693.250
						<u>31.351.776</u>	<u>35.389.188</u>
				Total do passivo e Patrimônio líquido			
						<u>164.231.372</u>	<u>133.969.399</u>
Total do ativo		<u>164.231.372</u>	<u>133.969.399</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SGA VEÍCULOS E PEÇAS S.A.

CNPJ: 36.152.916/0001-04

NIRE: 33300304207

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	21.a	804.794.127	883.095.325
Custos das vendas e serviços prestados	21.c	(707.543.423)	(785.138.534)
Lucro bruto		97.250.704	97.956.791
Despesas com vendas	21.d	(43.730.842)	(41.502.903)
Despesas administrativas	21.e	(19.363.992)	(20.930.994)
Depreciações e amortizações	10	(13.442.182)	(13.955.918)
Amortizações direitos de usos	14.a	(3.564.945)	(2.780.046)
Despesas vendas de imobilizados	10	(7.039.720)	(10.966.734)
Receitas vendas de imobilizados	21.f	9.441.630	14.694.911
Outras receitas operacionais líquidas	21.g	5.812.583	4.476.454
Lucro operacional antes dos resultados financeiros		25.363.236	26.991.561
Receitas financeiras	22	545.437	562.928
Despesas financeiras	22	(16.039.728)	(18.420.035)
Despesas financeiras líquidas		(15.494.291)	(17.857.107)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		9.868.945	9.134.454
(-) Contribuição Social		(924.348)	(796.012)
		(2.482.009)	(2.135.021)
Resultado líquido do exercício		6.462.588	6.203.421
Atribuível a:			
Acionista controlador		2.608.753	2.504.135
Participação dos não controladores		3.853.835	3.699.286
		6.462.588	6.203.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SGA VEÍCULOS E PEÇAS S.A.

CNPJ: 36.152.916/0001-04

NIRE: 33300304207

Demonstrações do resultado abrangente para o exercício Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	6.462.588	6.203.421
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	6.462.588	6.203.421
Atribuível a:		
Acionista controlador	2.608.753	2.504.135
Participação dos não controladores	3.853.835	3.699.286
	6.462.588	6.203.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SGA VEÍCULOS E PEÇAS S.A.

CNPJ: 36.152.916/0001-04

NIRE: 33300304207

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)**

	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros à disposição da assembleia	Lucro líquido/prejuízo do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.000.000	2.484	1.101.189	18.282.094	-	-	29.385.767
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	6.203.421
Reserva legal	-	-	310.171	-	-	(310.171)	-
Distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)
Lucros à disposição da assembleia	-	-	-	-	5.693.250	(5.693.250)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.000.000	2.484	1.411.360	18.282.094	5.693.250	-	35.389.188
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	6.462.588	6.462.588
Reserva estatutária	-	-	-	5.693.250	(5.693.250)	-	-
Reserva legal	-	-	323.129	-	-	(323.129)	-
Distribuições aos acionistas no ano de 2025	-	-	-	-	-	(3.750.000)	(3.750.000)
Provisão dividendos a serem pagos anos 2026 a 2028	-	-	-	(6.750.000)	-	-	(6.750.000)
Lucros à disposição da assembleia	-	-	-	-	2.389.459	(2.389.459)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	10.000.000	2.484	1.734.489	17.225.344	2.389.459	-	31.351.776

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SGA VEÍCULOS E PEÇAS S.A.

CNPJ: 36.152.916/0001-04

NIRE: 33300304207

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Das atividades operacionais		
Provenientes das operações		
Lucro líquido acumulado do exercício	6.462.588	6.203.421
Amortização	13.442.182	13.955.918
Amortização de direito de uso	3.564.945	2.780.046
Prejuízo na venda de imobilizado	(2.401.910)	(3.728.177)
Efeito na baixa de arrendamentos	(51.597)	-
Juros sobre empréstimos	5.363.517	2.971.510
(=) Lucro líquido ajustado	26.379.725	22.182.718
Acréscimos/(decréscimos) nos ativos e passivos		
Pelo aumento do do contas a receber	953.604	2.484.302
Pela (diminuição)/aumento líquido de outros créditos	(753.210)	1.915.084
Pela (diminuição)/aumento líquido da conta de estoques	(40.573.963)	14.699.035
Pela diminuição da conta de despesas antecipadas	(69.720)	(15.716)
Pela diminuição do realizável a longo prazo	(161.740)	(147.625)
Pelo aumento líquido da conta de fornecedores	2.165.594	1.202.855
Pelo aumento líquido/(diminuição) da conta de financiamento fábrica	26.546.256	(45.783.861)
Pelo aumento do contas a pagar	1.711.629	2.240.769
Arrendamentos pagos	(3.113.620)	(2.524.964)
Pela diminuição de outros valores - passivo não circulante	(9.915)	(17.923)
(=) Total dos decréscimos nos ativos e passivos	(13.305.085)	(25.948.044)
(=) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	13.074.640	(3.765.326)
Das atividades de investimentos		
Pela aquisição de imobilizado e intangível	(12.023.293)	(10.652.276)
Pelo recebimento na venda de imobilizado	9.441.630	14.694.911
(=) Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(2.581.663)	4.042.635
Das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos de instituições financeiras	(8.143.535)	(7.845.413)
Captação de empréstimo com partes relacionadas	2.000.000	8.000.000
Amortização de empréstimo a partes relacionadas	(1.670.576)	-
Pagamento de lucros aos sócios	(3.750.000)	(200.000)
(=) Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(11.564.111)	(45.413)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.071.134)	231.896
Caixa e equivalente de caixa no início do período	4.489.378	4.257.482
Caixa e equivalente de caixa no final do período	3.418.244	4.489.378
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.071.134)	231.896

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A SGA Veículos e Peças S.A., (“SGA” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ nº 36.152.916/0001-04 com sede na cidade do Macaé - RJ é concessionária da Toyota do Brasil Ltda. A Companhia é controlada pela J. L. Braz Participações S.A.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 02 de março de 2026.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a legislação em vigor.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, moeda funcional da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Em conformidade com as normas contábeis vigentes, a Administração da Companhia é requerida a fazer julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores apresentados em ativos, passivos, receitas e despesas.

2.5. Alterações nas normas contábeis aplicáveis em 2025

A Administração vem, por meio desta nota, apresentar as principais alterações decorrentes da aplicação de pronunciamentos novos ou revisados, que serão implementados pela primeira vez em 2025. Essas mudanças estão alinhadas com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

A seguir, destacamos as principais alterações e seus impactos na Sociedade:

a) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 37, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações, também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis da empresa.

b) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 09 - demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma, atualmente, vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis da empresa.

2.6. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram e vigor em 31 de dezembro de 2025

A Administração informa que, para as normas, revisões e interpretações contábeis descritas a seguir, ainda não foi possível determinar se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis. A Companhia está em processo de avaliação dessas mudanças e adotará as medidas necessárias para garantir a conformidade no momento de sua aplicação. As principais normas e alterações em análise são:

a) IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis

- **Efetividade:** períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
- **Descrição:** a IFRS 18, emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 (R1) e introduz mudanças significativas na apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Entre as principais alterações estão:
 - ✓ **Categorização e subtotais na demonstração do resultado:** novos requisitos para categorização de receitas, despesas, ganhos e perdas, além de subtotais padronizados;
 - ✓ **Agregação e desagregação de informações:** diretrizes mais claras sobre como as informações devem ser agrupadas ou detalhadas;
 - ✓ **Rotulagem de informações:** Exigência de rotulagem mais descritiva e consistente dos itens das demonstrações contábeis;
 - ✓ **Divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração:** transparência sobre métricas de desempenho não previstas nas IFRS, mas utilizadas pela Administração.

b) IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações

- **Efetividade:** períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
- **Descrição:** a IFRS 19 permite que subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com requisitos de divulgação reduzidos.

c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

- **Efetividade:** períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.
- **Descrição:** as alterações tratam da classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza.

d) **Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - Desreconhecimento de passivos financeiros e classificação de ativos financeiros**

- **Efetividade:** Períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- **Descrição:** as alterações podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação.

2.7. Reforma tributária sobre o consumo - avaliação dos impactos e adequação operacional

▪ **Contextualização normativa**

A Emenda Constitucional nº 132/2023 promoveu alteração substancial no Sistema Tributário Nacional, com a substituição do ICMS e do ISS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), bem como do PIS e da COFINS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), além da instituição do Imposto Seletivo (IS), nos termos dos arts. 145, 149-B e 156-A da Constituição Federal.

A regulamentação infraconstitucional foi estabelecida pela Lei Complementar nº 214/2025 (IBS e CBS) e demais atos normativos correlatos, disciplinando a não cumulatividade plena, o princípio do destino, a apuração por débito e crédito financeiro e o regime de transição federativa e empresarial.

Nos termos da NBC TG Estrutura Conceitual (Resolução CFC nº 1.374/2011), da NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e da NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a entidade deve divulgar informações relevantes relativas a alterações legislativas com potencial impacto patrimonial, financeiro ou de desempenho, especialmente quando relacionadas a tributos incidentes sobre receita e circulação de mercadorias.

Considerando que a atividade principal da Companhia consiste na comercialização de veículos novos e usados, peças e acessórios, bem como na prestação de serviços de assistência técnica autorizada, as mudanças introduzidas pela Reforma Tributária foram objeto de avaliação técnica específica.

▪ **Avaliação dos impactos regulatórios na atividade de concessionária a Administração realizou estudo detalhado envolvendo:**

- a) Análise da substituição do ICMS pelo IBS nas operações de circulação de veículos novos e usados, inclusive quanto ao princípio do destino (inciso VII do artigo 156-A, CF/88);

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

- b) Avaliação da extinção do regime de substituição tributária do ICMS e seus reflexos no capital de giro;
- c) Análise da sistemática de crédito financeiro integral prevista na Lei Complementar nº 214/2025;
- d) Avaliação dos reflexos da CBS e do ibr na comercialização de veículos, peças e serviços de oficina;
- e) Revisão da parametrização dos sistemas de gestão (ERP, DMS e emissão de documentos fiscais eletrônicos);
- f) Simulações de fluxo de caixa e formação de margens operacionais no período de transição.

Foram ainda analisados eventuais impactos sobre ativos fiscais, créditos tributários, provisões e estimativas contábeis, em observância à NBC TG 32 - Tributos sobre o Lucro, quando aplicável, bem como eventuais efeitos em estimativas de desempenho futuro, nos termos da NBC TG 23.

▪ **Conclusões contábeis**

Com base nas análises realizadas, a administração concluiu que:

- I Não houve alteração na essência econômica das operações da Companhia, permanecendo inalterado o modelo de negócio de comercialização de veículos, peças e serviços;
- II Não foram identificadas alterações relevantes nos critérios de reconhecimento, mensuração ou classificação de ativos e passivos na data-base das demonstrações contábeis, nos termos da NBC TG 26;
- III Não houve necessidade de alteração de políticas contábeis, conforme NBC TG 23;
- IV Não foram identificados indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos (NBC TG 01) decorrentes exclusivamente da Reforma Tributária;
- V Não houve impacto relevante na mensuração de estoques de veículos e peças (NBC TG 16 - Estoques), considerando que o novo modelo preserva a sistemática de crédito financeiro integral sobre aquisições.

▪ **Impactos projetados - fluxo de caixa e lucros futuros**

As simulações realizadas indicam que as principais alterações decorrentes da Reforma Tributária se concentram:

- a) Na dinâmica do fluxo de caixa operacional;
- b) Na redefinição da formação das alíquotas efetivas durante o período de transição;
- c) Na tributação no destino, com possível redistribuição da carga tributária conforme o mercado consumidor.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

Tais efeitos são prospectivos e dependem da consolidação das alíquotas de referência e da plena implementação do Comitê Gestor do IBS, não sendo, até o momento, considerados materialmente relevantes para fins de ajuste nas demonstrações contábeis.

▪ **Adequação operacional e governança tributária**

A Companhia declara que:

- I Realizou testes completos de parametrização sistêmica para emissão de documentos fiscais e apuração do IBS e da CBS;
- II Revisou seus contratos comerciais e políticas de precificação;
- III Implementou controles internos compatíveis com o novo regime tributário;
- IV Encontra-se tecnicamente preparada para o período de transição previsto na Lei Complementar nº 214/2025.

▪ **Declaração final**

Até a presente data, a administração entende que a Reforma Tributária, introduzida pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, não produziu efeitos significativos sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia, tampouco sobre o reconhecimento contábil de suas operações.

Os impactos identificados concentram-se em alterações projetadas no fluxo de caixa e na formação de lucros futuros, decorrentes da nova sistemática de tributação sobre o consumo, sendo tais efeitos monitorados continuamente pela administração, em observância aos princípios da relevância, prudência e representação fidedigna previstos na NBC TG Estrutura Conceitual.

A Companhia reafirma seu compromisso com a conformidade normativa, governança tributária e transparência das informações contábeis.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, a seguir detalhadas, estão sendo aplicadas de maneira linear em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) **Apuração do resultado**

Foi adotado o regime de competência dos exercícios para elaboração das demonstrações contábeis e apuração dos resultados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

a.1) Reconhecimento da receita

As receitas auferidas representam os ingressos brutos recebidos ou a receber pela venda das mercadorias e serviços, das intermediações e mediações de negócios e se dão da seguinte forma:

a.2) Venda de mercadorias e das prestações de serviços

A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios. Para o reconhecimento da receita, a Companhia adota os seguintes procedimentos: *i)* identificação do contrato com o cliente; *ii)* identificação das obrigações de desempenho no contrato; *iii)* determinação do preço da transação; *iv)* alocação do preço da transação; e por fim, *v)* reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

a.3) Vendas de serviços financeiros

Os valores de vendas de serviços financeiros referem-se às receitas de bonificações, comissões de intermediações e mediações de negócios, reconhecidas pelo regime de competência, relativos aos incentivos financeiros promovidos pela fábrica, com a qual a Companhia possui concessão, bem como de instituições financeiras e demais empresas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os itens de caixa e equivalentes de caixa são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo, sendo posteriormente avaliados pelo custo amortizado com base na taxa de juros efetiva da operação. Os riscos de mercado envolvendo essas aplicações são insignificantes.

c) Instrumentos financeiros

A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras de liquidez imediata, duplicatas a receber e contas a pagar.

d) Clientes e créditos de fábrica e terceiros

Estão refletidas pelo valor presente estimado de realização. A estimativa de perda do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar os valores devidos.

e) Estoques

Os estoques de peças, acessórios, combustíveis e lubrificantes são avaliados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado. Os de veículos são avaliados ao custo histórico de aquisição, identificado por unidade, acrescidos dos impostos não recuperáveis.

f) Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável (*impairment*), se houver. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear que leva em consideração a vida útil-econômica dos bens. O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício.

g) Demais passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

h) Fornecedores

Os saldos a pagar a fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial. Veículos fábrica/Peças fábrica e empréstimos estão atualizados pela variação monetária e juros incorridos até a data do encerramento do exercício. Os custos de transação incorridos registrados são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no resultado utilizando o método de taxa de juros efetiva.

i) Arrendamento mercantil - CPC 06 (R3)

A Companhia avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo em um intervalo temporal em troca de contraprestações, classificando-as como “arrendamento”.

A Companhia atua como “arrendatária” nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: i) ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; ii) passivos de arrendamento que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data em que o bem já pode ser utilizado, coincidindo, normalmente, com o início da vigência do período contratual de arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos futuros que serão realizados durante o período estimado para vigência dessa operação, os quais devem estar líquidos de desembolsos variáveis vinculados a um índice ou taxa bem como valores a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental (ou capitalização de recursos) na data de início. Após essa data, o valor passa a ser corrigido mensalmente pelos juros e reduzido pelos pagamentos efetivados. Adicionalmente, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus contratos cuja vigência seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também, aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia é optante pelo lucro real como regime de tributação, calculando a apuração mensal por balanço de suspensão/redução em conformidade à legislação em vigor.

k) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva.

SGA VEÍCULOS E PEÇAS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

l) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são, inicialmente, mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, incluem caixa e equivalentes de caixa que são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação do certificado de depósitos interfinanceiros (CDI), cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa	36.400	36.387
Bancos	3.335.339	4.212.077
Aplicações financeiras	46.505	240.914
Total	<u>3.418.244</u>	<u>4.489.378</u>

5. Clientes

O saldo das contas a receber está pulverizado entre diversos clientes Pessoas Físicas e Jurídicas e encontra-se a vencer na data do balanço, não havendo necessidade de registrar estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Clientes veículos	20.379.174	21.491.115
Clientes peças e serviços	4.764.529	4.573.481
Clientes comissões	519.874	626.010
Clientes garantia	335.901	262.476
Total	<u>25.999.478</u>	<u>26.953.082</u>

6. Créditos fábrica e terceiros

Valores a receber decorrente da movimentação de conta corrente entre montadora e concessionária, adiantamentos realizados para aquisição de estoque e material de consumo e vendas de mercadorias por meio de cartões de crédito:

SGA VEÍCULOS E PEÇAS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Cartões de crédito	532.012	864.314
Cheques pré-datados	2.291	-
Clientes diversos - outros	14.556	5.034
Adiantamentos	<u>2.392.345</u>	<u>1.614.162</u>
Total	<u>2.941.204</u>	<u>2.483.510</u>

7. Estoques

Os estoques de peças, acessórios, combustíveis e lubrificantes são avaliados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado. Os de veículos são avaliados ao custo histórico de aquisição.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Automóveis e comerciais novos	26.660.161	5.452.332
Automóveis e comerciais usados	35.413.453	16.761.450
Peças e acessórios	<u>8.281.031</u>	<u>7.566.900</u>
Total	<u>70.354.645</u>	<u>29.780.682</u>

8. Depósitos judiciais

Os valores em ações judiciais sobre questões tributárias e cíveis, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Cíveis	353.543	353.543
Tributárias	<u>518.350</u>	<u>402.415</u>
Total	<u>871.893</u>	<u>755.958</u>

9. Outros valores

Valor referente a cota de consórcio:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Consórcio	99.394	53.589
Total	<u>99.394</u>	<u>53.589</u>

SGA VEÍCULOS E PEÇAS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

10. Imobilizado

A movimentação do imobilizado no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão sumarizadas da seguinte forma:

	Movimentação do imobilizado					
	2024			2025		
	Imobilizado líquido	Aquisições	Alienação	Transferência	Depreciações	Imobilizado líquido
Terrenos	1.630.000	-	-	-	-	1.630.000
Prédios e benfeitorias	9.592.616	-	-	-	(317.410)	9.275.206
Máquinas, ferramentas e equipamento	770.600	363.079	-	-	(275.905)	857.774
Móveis e utensílios	3.074.910	321.774	-	149.520	(425.387)	3.120.817
Veículos	8.035.194	11.159.613	(7.039.720)	-	(1.777.497)	10.377.590
Computadores	354.554	108.106	-	70.721	(101.487)	431.894
Benfeitorias em imóveis	2.199.067	-	-	546.381	(844.497)	1.900.951
Imobilizado em andamento	695.901	70.721	-	(766.622)	-	-
Total	26.352.842	12.023.293	(7.039.720)	-	(3.742.183)	27.594.232

	Movimentação do imobilizado					
	2023			2024		
	Imobilizado líquido	Aquisições	Alienação	Transferências contábeis	Depreciações	Imobilizado líquido
Terrenos	1.630.000	-	-	-	-	1.630.000
Prédios e benfeitorias	6.798.542	-	-	3.062.628	(268.554)	9.592.616
Máquinas, ferramentas e equipamento	1.040.923	16.687	-	-	(287.010)	770.600
Móveis e utensílios	633.067	1.631.548	-	1.170.599	(360.304)	3.074.910
Veículos	16.073.028	6.064.300	(10.966.734)	-	(3.135.400)	8.035.194
Computadores	38.040	327.188	-	62.000	(72.674)	354.554
Software	2.634	-	-	-	(2.634)	-
Benfeitorias em imóveis	-	-	-	2.328.410	(129.343)	2.199.067
Imobilizado em andamento	4.706.985	2.612.553	-	(6.623.637)	-	695.901
Total	30.923.219	10.652.276	(10.966.734)	-	(4.255.919)	26.352.842

SGA VEÍCULOS E PEÇAS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

Taxas de depreciações: A Companhia utiliza o método linear para depreciação de seu ativo imobilizado. **As taxas de amortização das Benfeitorias em propriedades de terceiros variam em função do prazo do contrato de arrendamento.

As depreciações/amortizações dos exercícios de 2025 e 2024 estão assim demonstradas:

	2025	2024
Despesas com depreciações	2.897.686	4.255.919
Despesas com amortizações	10.544.496	9.699.999
Total	13.442.182	13.955.918

11. Intangível

O Intangível é, substancialmente, composto por contratos de não competitividade e a movimentação no período findo em 31 de dezembro de 2025 está sumarizada da seguinte forma:

	Movimentação do intangível			Intangível líquido
	2024	2025		
	Intangível líquido	Aquisições	Amortizações	
Intangível	28.441.667	-	(9.699.999)	18.741.668
Total	28.441.667	-	(9.699.999)	18.741.668

12. Fornecedores

Os fornecedores de bens ou serviços dos exercícios de 2025 e 2024 estão assim demonstrados:

	2025	2024
Fornecedores de automóveis (a)	38.254.826	12.625.181
Fornecedores de peças	3.584.730	2.668.119
Fornecedores de consumo (b)	8.464.738	6.299.144
Total	50.304.294	21.592.444

- a) Refere-se a condições comerciais disponibilizadas pelos bancos das montadoras para aquisição de veículos novos, nas quais os próprios veículos são utilizados como garantia da operação. Os prazos de pagamento oferecidos variam entre 60 e 210 dias, e as taxas aplicáveis situam-se entre 0,15% e 1,60% ao ano;
- b) Refere-se a fornecedores de materiais de uso ou consumo, bem como de serviços prestados por terceiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"):

Vencimento principal	Instituições	2025		2024	
		Circulante	Não circulante	Total	Total
2026	Motolider Com e Repr. Ltda (b)	15.035.754	-	15.035.754	14.325.250
2026	Recreio Rio Motos (b)	11.070.870	-	11.070.870	8.423.683
2026	Banco Itaú S.A.	7.521.365	8.822.317	16.343.682	22.151.607
Total		33.627.989	8.822.317	42.450.306	44.900.540

- a) A Companhia não contratou nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 financiamentos com cláusulas restritivas ("Covenants");
- b) A Motolider e a Recreio Rio Motos, são partes relacionadas e as condições das transações foram acordadas entre as partes.

14. Arrendamentos a pagar

A Companhia arrenda, substancialmente, imóveis utilizados em suas atividades operacionais, onde funcionam suas concessionárias, oficinas e estrutura de suporte à operação, tendo a vigência dos contratos tem média equivalente de 60 meses (5 anos). Esses contratos são anualmente corrigidos pelos índices acordados entre as partes (IGPM, IPCA etc.) para que possam refletir os seus valores de mercado.

As taxas apuradas para realização da mensuração do valor presente desses contratos foram apuradas com base em juros livres de risco observados no mercado brasileiro, à taxa de 0,52% am.

a) Ativo de direito de uso - não circulante

	2025	2024
Saldos no início do exercício	14.227.104	8.947.678
Adição e remensuração	3.561.627	8.059.472
Baixas	(809.995)	-
Depreciações	(3.564.945)	(2.780.046)
Saldos no fim do exercício	13.413.791	14.227.104

SGA VEÍCULOS E PEÇAS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

b) Passivo de arrendamento - circulante e não circulante

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldos no início do exercício	14.820.988	9.286.480
Adição	3.561.627	8.059.472
Baixas	(861.952)	-
Pagamento do principal	(3.113.620)	(2.524.964)
Pagamentos de juros	(1.037.320)	(616.023)
Juros incorridos	1.037.320	616.023
Saldos no fim do exercício	<u>14.407.043</u>	<u>14.820.988</u>
Circulante	3.437.605	3.133.052
Não Circulante	10.969.438	11.687.936
No fim do exercício	<u>14.407.043</u>	<u>14.820.988</u>

c) Vencimentos das parcelas de longo prazo estão assim demonstrados

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
2026	-	3.285.373
2027	3.402.630	3.225.039
2028	1.397.964	1.032.109
2029	1.153.415	824.853
2030	882.596	3.320.562
2031 em diante	4.132.833	-
Total	<u>10.969.438</u>	<u>11.687.936</u>

15. Obrigações trabalhistas

Valores de obrigações trabalhistas e previdenciárias estando assim demonstrados:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Salários	1.235.385	1.166.135
Pensões alimentícias	6.600	6.804
Rescisões Contratos de Trabalhos	-	5.279
Serviços profissionais	250	-
Provisões de férias e encargos	2.826.117	2.869.033
Encargos - FGTS/INSS/Sindical	813.449	725.997
Total	<u>4.881.801</u>	<u>4.773.248</u>

16. Tributos a recolher

Valores de obrigações tributárias referentes aos impostos federais, estaduais e municipais, estando assim demonstrados:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Federais - PIS/COFINS/IRRF	970.865	1.082.594
Estaduais - ICMS a recolher	286.935	244.540
Municipais - ISS a recolher	142.019	130.022
Total	<u>1.399.819</u>	<u>1.457.156</u>

SGA VEÍCULOS E PEÇAS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

17. Outras obrigações - passivo circulante

Valores a pagar relativos às demais obrigações estando assim demonstrados:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Seguros	14.329	5.216
Assistência médica e odontológica	72	10.927
Aluguel	339.357	337.933
Plano de Saúde	-	880
Bradesco Vida e Previdência S.A.	12.751	9.416
Convênio farmácia	2.000	-
Estoque de terceiros	44.526	-
Total	<u>413.035</u>	<u>364.372</u>

18. Dividendos a pagar

Valores referente provisões de distribuições de dividendos para os anos de 2026 a 2028 conforme referendado na ATA da Assembleia Geral Extraordinária de 15 de dezembro de 2025:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Dividendos a pagar ano 2026	1.750.000	-
Dividendos a pagar ano 2027	2.500.000	-
Dividendos a pagar ano 2028	2.500.000	-
	<u>6.750.000</u>	<u>-</u>

19. Outras obrigações - passivo não circulante

Valores relativos aos parcelamentos de tributos federais e outros, estando assim demonstrados:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Parcelamento COFINS	-	9.915
Total	<u>-</u>	<u>9.915</u>

20. Patrimônio líquido

A SGA Veículos e Peças S.A., foi transformada em Sociedade Anônima de capital fechado em 31 de julho de 2012. Dessa forma a Companhia mantém o saldo de lucros acumulados do exercício de 2004 até 31 de dezembro de 2012 e destina os resultados a partir do exercício de 2013.

SGA VEÍCULOS E PEÇAS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social está representado por:

Sócios	Valor	Qtde. de Ações	Percentual (%)
J.L. Braz Participações S.A.	4.036.700,00	4.036.700	40,3670
Bráulio Braz Participações S.A.	3.205.230,00	3.205.230	32,0523
G.T. Braz Participações S.A.	1.562.010,00	1.562.010	15,6201
D.A. Tambasco Participações S.A.	1.196.060,00	1.196.060	11,9606
Total	10.000.000,00	10.000.000	100

b) Dividendos sobre lucros

Movimentação

	2025	2024
No início do exercício	-	-
Provisionado no exercício	10.500.000	200.000
Pago no exercício	(3.750.000)	(200.000)
Total	6.750.000	-

c) Reserva estatutária

Valor constituído em consonância ao artigo 26, do estatuto da Companhia.

	2025	2024
Reserva estatutária	17.225.344	18.282.094
Total	17.225.344	18.282.094

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital:

	2025	2024
Reserva legal	1.734.489	1.411.360
Total	1.734.489	1.411.360

e) Lucro do exercício a disposição da assembleia

Refere-se ao valor do lucro do exercício de 2025, líquido da reserva legal de 5%, dos dividendos mínimos de 15%, conforme previsto nos artigos 26, inciso I, e 27, ambos do Estatuto da Companhia, cuja destinação será deliberada em assembleia geral de acionistas:

	2025	2024
Lucro do exercício à disposição da assembleia	2.389.459	5.693.250
Total	2.389.459	5.693.250

SGA VEÍCULOS E PEÇAS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

21. Demonstrações das receitas líquidas, custos, despesas e outras receitas

a) Receitas líquidas e volumes de vendas de veículos

Produziram os seguintes efeitos reconhecidos em resultado:

Departamentos	2025	2024
Vendas de veículos novos	505.195.275	643.371.842
Vendas de veículos usados	220.584.115	168.985.610
Vendas de peças e acessórios	91.914.914	85.494.889
Vendas de serviços	23.738.040	21.570.881
Vendas de serviços financeiros	5.365.189	5.601.636
Outras receitas	4.093.820	9.662.842
Comissões - Montadora venda direta	7.408.525	6.677.870
(=) Receita bruta	858.299.878	941.365.570
(-) ICMS	(3.454.282)	(2.728.676)
(-) PIS	(1.257.512)	(1.238.297)
(-) COFINS	(5.799.172)	(5.708.995)
(-) ISS	(1.673.264)	(1.549.847)
(=) Impostos	(12.184.230)	(11.225.815)
(-) Devoluções e vendas canceladas	(41.321.521)	(47.044.430)
(=) Deduções	(41.321.521)	(47.044.430)
Receita operacional líquida	804.794.127	883.095.325

b) Volumes de vendas de veículos

	2025	2024
	Volume (em unidades)	Volume (em unidades)
Departamento de veículos novos	2.043	3.125
Departamento de veículos usados	1.871	1.630
Total	3.914	4.755

c) Custos das vendas e serviços prestados

Composição

	2025	2024
Custos de veículos novos	452.217.777	579.445.882
Custos de veículos usados	188.114.226	143.437.893
Custos de peças e acessórios	60.787.360	53.514.261
Custos de serviços	6.424.060	8.740.498
Total	707.543.423	785.138.534

SGA VEÍCULOS E PEÇAS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

d) Despesas com vendas

Composição

	2025	2024
Pessoal (salários, benefícios, encargos e pró labore)	21.636.824	20.109.798
Provisão de férias, 13ºsalários e encargos sociais	4.551.932	4.335.986
Seguros diversos	47.749	29.403
Aluguéis e locações	70.234	80.675
Propagandas	1.650.178	1.705.060
Ações de vendas	489.121	368.441
Despesas com comunicação	51.367	48.937
Despesas com manutenção	1.460.662	1.604.343
Serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas	736.305	543.531
Débito interno (material uso consumo e cortesia)	9.132.964	8.976.896
Materiais de consumo	330.502	269.870
Viagens e representações	165.022	166.992
Outros impostos e taxas	138.353	169.218
Vale transporte e PAT	1.810.534	1.769.961
Processamento de dados	279.713	256.948
Despesas diversas	1.179.382	1.066.844
Total	43.730.842	41.502.903

e) Despesas administrativas

Composição

	2025	2024
		Reclassificado
Pessoal (salários, benefícios, encargos e pró-labore)	3.884.753	4.364.797
Provisão de férias, 13ºsalários e encargos sociais	666.373	691.488
Seguros diversos	111.581	56.811
Aluguéis e locações (i)	4.820.997	3.396.213
Ações de vendas	9.913	15.148
Propagandas	21.192	57.328
Despesas com comunicação	374.296	328.836
Despesas com manutenção	1.128.679	3.663.424
Débito interno (material uso consumo e cortesia)	84.724	206.597
Serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas	3.195.704	2.801.489
Materiais de consumo	838.170	853.411
Água e energia elétrica	1.019.562	892.486
Viagens e representações	366.470	447.572
Outros impostos e taxas	725.104	953.766
Vale transporte e PAT	580.580	473.949
Processamento de dados	426.166	514.060
Despesas diversas	1.109.728	1.213.619
Total	19.363.992	20.930.994

(i) A rubrica apresenta o montante correspondente aos aluguéis pagos e provisionados no exercício, na rubrica “Reversão aluguel CPC06” da nota explicativa nº 21 g, está demonstrado a reversão da despesa para atendimento dos requerimentos do CPC 06, motivo esse, da reclassificação dos saldos comparativos de 2024. O efeito líquido de aluguéis e locações é de R\$ 670.057 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$255.227 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em Reais)

f) **Receitas vendas imobilizados**

Refere-se à venda de veículos do ativo imobilizado, assim demonstrados:

	2025	2024
Máquinas/ferramentas e equipamentos	5.000	-
Veículos	9.436.630	14.694.911
Total	9.441.630	14.694.911

g) **Outras receitas operacionais**

Receitas oriundas de lucros recebidos, reversões de despesas e recuperações de impostos:

	2025	2024
Reversões de provisões de folha de pagamentos	67.832	58.430
Reversão de despesas operacionais	-	696
Recuperação de custos - ICMS	155.760	4.910
Receitas de créditos PIS/COFINS	897.721	699.482
Receitas locações Toyota	67.322	98.994
Recuperação mídia cooperada	421.050	472.956
Reversão aluguel CPC 06 IFRS 16 (i)	4.150.940	3.140.986
Distratos locações CPC 06-IFRS 16	51.958	-
Total	5.812.583	4.476.454

(i) Reversão aluguel CPC 06 IFRS 16 para adequação dos saldos conforme requerido pelo CPC 06, para adequação dos saldos conforme requerido pelo CPC06, vide nota 21e.

22. Resultado financeiro

O resultado financeiro das movimentações dos instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas, produziram os seguintes efeitos reconhecidos em resultado:

	2025	2024
Receitas de aplicações financeiras	183.426	219.620
Descontos obtidos	283.972	222.623
Variações monetárias ativas	13.500	104.347
Receitas financeiras	64.539	16.338
Total das Receitas Financeiras	545.437	562.928
Juros s/ financiamentos de estoques	(1.930.434)	(5.093.279)
Juros s/ Empréstimos e financiamentos	(5.363.517)	(2.971.510)
Perdas nos recebimentos de créditos	(141.108)	(18.136)
Descontos concedidos	(3.483.012)	(4.002.348)
Juros e despesas financeiras	(4.084.337)	(5.718.739)
Despesas financeiras - CPC 6	(1.037.320)	(616.023)
Total das Despesas Financeiras	(16.039.728)	(18.420.035)
Resultado Financeiro	(15.494.291)	(17.857.107)

23. Demandas judiciais e administrativas

A Companhia é parte em ações judiciais na esfera cível, trabalhista e tributária e em processos tributários ainda na esfera administrativa, para os quais a expectativa de perda é possível. Neste contexto, sua Administração, lastreada na avaliação de seus consultores jurídicos considera ter fundamentos jurídicos consistentes que amparam os procedimentos adotados para a sua defesa.

24. Gestão de riscos financeiros

Estimativa de valor justo

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos, cujos valores contábeis aproximavam-se valores justos.

Fatores de risco financeiro

a) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros. O resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado, haja visto a concentração dos financiamentos em Banco próprio da fábrica da qual a Companhia é concessionária.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, a Companhia não efetua financiamentos diretos aos seus clientes, sendo os mesmos intermediados por instituições financeiras de boa reputação, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com conseqüente minimização de perdas individuais.

25. Eventos subsequentes

A Companhia adota procedimentos internos para identificação e, quando necessário, ajustes ou divulgações dos eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações financeira e a data de aprovação pela Diretoria. Entre 31 de dezembro de 2025 e essa data, a Administração não identificou eventos subsequentes que requeressem reconhecimento ou divulgação em suas demonstrações contábeis.

Ronald Tavares Costa Silva
Diretor
CPF/MF sob o n° : 066.444.386-95

Fabiano Cardoso de Faria
Diretor
CPF/MF sob o n° : 028.388.657-90

Lucileia Cordeiro Gomes
Contador CRC/MG n° MG-120059
CPF/MF sob o n° : 082.445.436-71